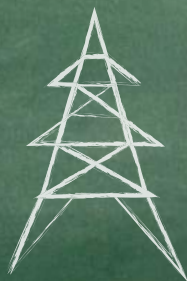


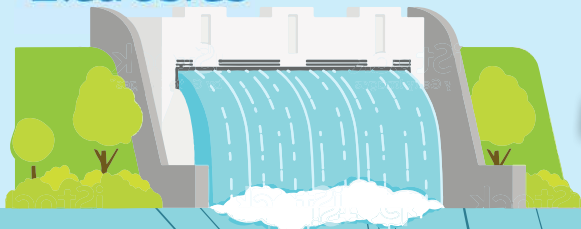
# ELETROBRAS

⚡  
SEGURANÇA ENERGÉTICA  
SOBERANIA NACIONAL E  
REDUÇÃO DO CUSTO BRASIL



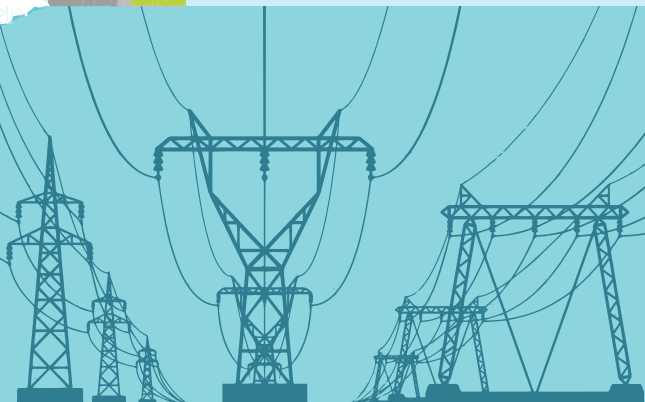


Eletrobras



**31%**  
DA GERAÇÃO DE  
ENERGIA DE TODO O PAÍS

**50%**  
DAS LINHAS  
DE TRANSMISSÃO



**VENDE A ENERGIA  
MAIS BARATA  
DO MERCADO**



**LUZ PARA TODOS**  
ENERGIA PARA MAIS DE  
**16 MILHÕES DE EXCLUÍDOS**



# APRESENTAÇÃO

Soberania Nacional,  
Segurança Energética e  
Redução do Custo Brasil

No setor elétrico, diversamente de outros segmentos econômicos, a ação estatal tem um papel, não apenas de regular, mas de planejar, investir e construir novas fontes de energia e novas linhas de transmissão, para garantir o adequado suprimento ao aumento da demanda de todo o país. Não foi de outro modo que chegamos à economia que possui a matriz energética mais renovável e limpa do planeta (70% hidrelétrica e 80% renovável) e o quinto país que mais investiu em energia eólica em 2016 – tudo isso com a imprescindível e expressiva participação da Eletrobras.

A perda de controle da Eletrobras (responsável pela geração de 31% da energia consumida no país e por 47% das linhas de transmissão), seja pela privatização, venda de ativos ou ações, terá como consequências incontestáveis: o aumento da tarifa de energia elétrica, grave risco à segurança energética do país, enfraquecimento da soberania nacional, perda de competitividade de nossa economia no cenário internacional, além de não resolver o problema de endividamento do governo.

Vender ativos estratégicos para pagar juros é um grave erro – ainda que não fossem oferecidos por menos de um décimo de seu valor real ou por um terço de sua receita líquida anual. Ao invés de vender ativos que já superaram os riscos de construção, é mais lógico chamar investidores para parcerias em novos projetos, fundamentais para superar gargalos de infraestrutura e garantir suprimento de energia para as gerações futuras. Além do mais, há diversos outros mecanismos para reduzir despesas e aumentar arrecadação, tais como melhoria do sistema tributário, desburocratização, impostos sobre pagamento de dividendos, dentre outros.

# ÍNDICE

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>MITOS DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS</b>	<b>5</b>
1 - PRIVATIZAR A ELETROBRAS VAI REDUZIR A TARIFA?	5
2 - A ELETROBRAS É INEFICIENTE?	7
3 - O SETOR PRIVADO PODE GARANTIR A OFERTA DE ENERGIA?	8
4 - A SOCIEDADE NÃO VALORIZA AS EMPRESAS PÚBLICAS?	10
<b>RAZÕES PARA UMA ELETROBRAS ESTATAL</b>	<b>11</b>
1 - SEGURANÇA ENERGÉTICA	11
2 - SOBERANIA NACIONAL	13
3 - COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL E ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA	15
4 - O PAPEL SOCIAL DA ELETROBRAS	16
5 - O USO MÚLTIPLO DA ÁGUA E BIODIVERSIDADE	17
6 - BAIXO GANHO NO CURTO PRAZO E PERDA NO MÉDIO PRAZO	18
7 - PATRIMÔNIO IMATERIAL	20
<b>ELETRONORTE – A FRONTEIRA FINAL</b>	<b>21</b>
<b>UM MODELO SUSTENTÁVEL E DEMOCRÁTICO PARA O SETOR ELÉTRICO É POSSÍVEL</b>	<b>26</b>

# MITOS DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

## 1 - PRIVATIZAR A ELETROBRAS VAI REDUZIR A TARIFA?

**Se privatizar, a tarifa de energia elétrica, com certeza, vai aumentar.** As usinas da Eletrobras (especialmente as 14 usinas renovadas pela lei 12.783/2013, que estão sob o regime de cotas) vendem a energia mais barata do país. Essa energia barata representa aproximadamente 15% do total de energia elétrica gerada no Brasil e o preço cobrado pela Eletrobras é menos de 1/4 do preço praticado no mercado (vide tabela abaixo). Para tornar atrativa a compra dessas usinas, o governo quer acabar com o regime de cotas, o que significa permitir um aumento significativo das tarifas para maximização do lucro. A ANEEL estima um aumento da ordem de 17%.

Dados após a Lei 12.783/2013 (MP 579/2012)	2013	2014	2015	2016
Consumo energia elétrica sistema brasileiro (MWh)	463.142.000	474.823.000	464.976.000	460.827.000
Tarifa média de consumo geral (R\$/MWh)	254,45	276,97	395,04	419,14
Geração total da Eletrobras (MWh)	186.092.000	175.706.000	166.108.000	170.917.000
Tarifa média de mercado de geração (R\$/MWh)	111,48	147,21	174,21	180,88
Geração Eletrobras em usinas de cotas (MWh)	68.195.747	68.789.819	66.654.337	68.130.391
Tarifa Eletrobras das usinas de cotas (R\$/MWh)	25,82	28,03	29,43	32,67

Fontes: Eletrobras - Relatórios anuais; EPE - Consumo Nacional de Energia Elétrica na Rede por Classe; SAMP/ANEEL

Além disso, a migração de toda a parcela das “cotas” para o mercado livre pode prejudicar os consumidores cativos do país, causando racionamentos e preços extraordinários.

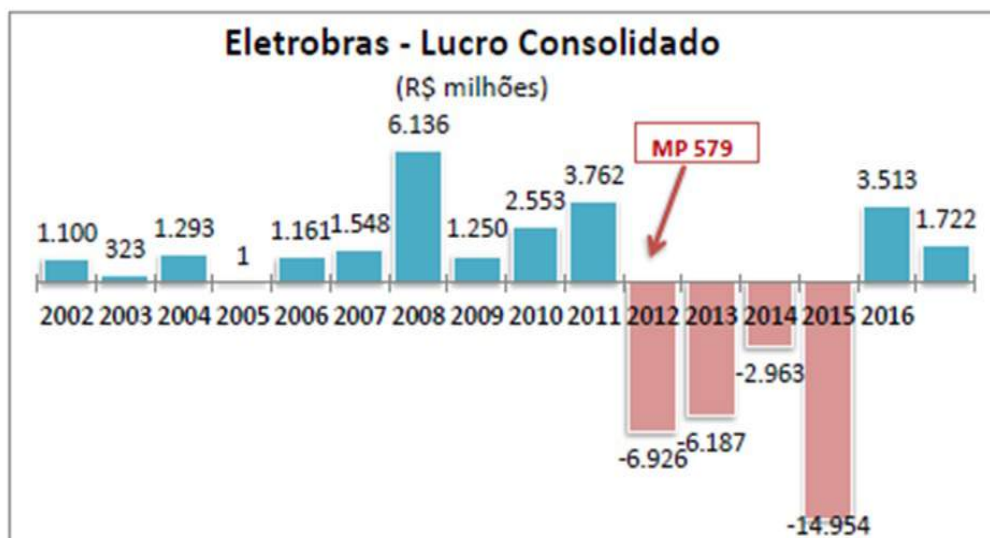
É bom lembrar que, normalmente, as privatizações costumam deixar um rastro de passivos para a União. A Eletrobras pode ser vendida por R\$20 bi, mas é provável que o setor privado não assumira suas dívidas e, nesse caso, o resultado final da privatização pode ser

negativo para as contas do Estado.

Privatizações da década de 90 transferiram 15% do PIB ao setor privado e desempregaram 546 mil trabalhadores, sem trazer crescimento econômico nem melhora nas contas públicas. No setor elétrico, o preço médio da energia elétrica ao consumidor subiu próximo de 120% acima da inflação, entre 1995 e 2015, ou seja, 4% em média de aumento real ao ano. O Brasil, que registrava custos de produção competitivos por conta de preços básicos mantidos pelas empresas estatais, passou, com a privatização, a conviver com tarifas mais altas do mundo, o que terminou comprometendo a competitividade nacional.

**Privatizar a Eletrobras significaria aumentar o Custo Brasil, impor um prejuízo a todos os consumidores, residenciais, comerciais e industriais, e reduzir nossa competitividade no mercado internacional.**

Em síntese, a privatização tornou-se um mito neoliberal. Não contribui na melhora da contabilidade pública, mas eleva o custo de produção com preços de bens e serviços de empresas privatizadas crescendo acima da inflação.



Fonte: Eletrobras - Relatórios anuais

## 2 - A ELETROBRAS É INEFICIENTE?

**A Eletrobras, sem sombra de dúvida, é uma empresa eficiente.** Em vários aspectos, inclusive como indutora do desenvolvimento, fomentadora da universalização da energia e promotora da modicidade tarifária. Evidentemente, com atribuições que só podem ser assumidas por uma empresa estatal, os resultados da Eletrobras não podem ser mensurados apenas financeiramente.

É verdade que a Empresa chegou a amargar resultados negativos, mas por conta de políticas de governo e não por questões operacionais ou por ineficiência. A MP 579/2012, que resultou na Lei 12.783/2013, provocou perdas da ordem de R\$10 bilhões anuais. Além disso, **a Eletrobras sempre foi utilizada pelo governo como instrumento de controle dos preços administrados** - era obrigada a comprar energia a preços exorbitantes no mercado de curto prazo para revender a preços regulados, numa forçada busca de modicidade tarifária a todo custo, causando-lhe prejuízos entre 2012 e 2015. Sem essas perdas, a empresa teria um lucro médio de R\$10 bilhões anuais no mesmo período (vide tabela abaixo). Também pesou-lhe o não reconhecimento, por parte da ANEEL, dos custos de fornecimento não lucrativo de energia aos Sistemas Isolados.

Eletrobras - Valores em R\$ Milhões	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Operacional Líquida	29.533	34.064	28.186	35.626	32.589	60.749
EBITDA <sup>1</sup> Consolidado Ajustado	8.102	5.520	78	1.463	2.853	3.496
Lucro/Prejuízo Líquido Consolidado	3.762	-6.926	-6.187	-2.963	-14.954	3.513
Perdas com MP 579/12 (Lei 12.783/13) e afins <sup>2</sup>	--	10.085	11.228	7.872	11.274	8.716
Perdas com revenda de energia abaixo do preço <sup>3</sup>	4.574	3.386	5.516	9.913	10.766	11.264
Lucro ajustado sem as perdas MP 579 e outras <sup>2,3</sup>	8.336	6.545	10.557	14.822	7.086	6.061

(1) Lucro antes de juros, indenizações, depreciações e amortizações (LAJIDA)

(2) Empréstimos compulsórios, Impairments, Baixa de crédito tributário

Em 2016, a Eletrobras recebeu R\$ 18.876.000 de indenização, compensando o prejuízo de R\$ 10.160.000 relacionado à Lei 12.783/13

(3) Política de modicidade tarifária - compra de energia para revenda, com o objetivo de redução da tarifa média do mercado

Fonte: Eletrobras - Relatórios anuais

**Mas, a Eletrobras sempre resistiu e superou esses obstáculos, voltando a obter lucro líquido, como ocorreu a partir de 2016.** É a maior empresa do setor em receita líquida, pelo 4º ano consecutivo, recebendo o Prêmio MarCo, concedido às empresas de maior prestígio no Brasil. Um indicador financeiro que compara o potencial de geração de caixa com as Receitas Operacionais Líquidas (Ebitda) tem voltado a crescer, mostrando que a empresa está gerando recursos.

Uma simples revisão nas tarifas ou descotização (que agora é cogitada pelo governo como medida atrativa para a privatização), elevaria sua receita anual, tornando-a altamente lucrativa nos segmentos de Geração e Transmissão (o que por si só já comprova sua eficiência), e a possibilitaria aumentar, em muito, o investimento na construção de novas usinas e na expansão da oferta de energia, como sempre fez.

Não há real ganho de eficiência com as privatizações. É fácil propalar a eficiência do setor privado quando as condições oferecidas a ele pelo governo são muito vantajosas quando comparadas às condições impostas às estatais.

### **3 - O SETOR PRIVADO PODE GARANTIR A OFERTA DE ENERGIA?**

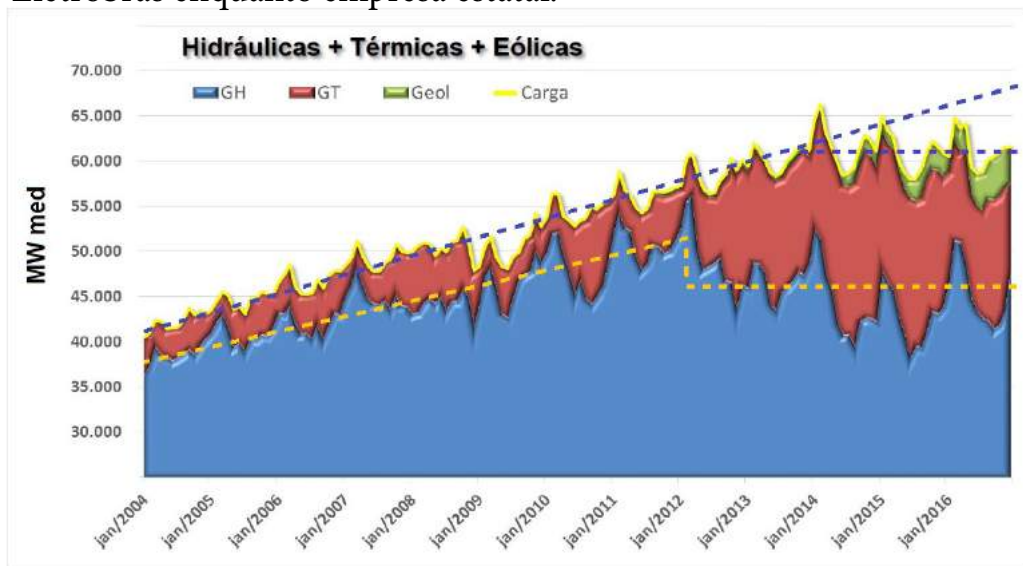
**O setor privado não tem condições ou interesse em garantir a oferta de energia.** Essa foi a aposta errada que resultou no chamado “apagão” de 2001, que na verdade foi um rigoroso racionamento de energia elétrica, com pesadas multas, redução da produção e consequente queda no PIB. Na década de 90, a capacidade do sistema elétrico em suprir a demanda ficou extremamente limitada, pois as empresas do Grupo Eletrobras foram praticamente proibidas de realizar novos investimentos, enquanto se apostava nos investimentos privados. Entretanto, o setor privado não investiu na construção de



novas usinas, preferindo aguardar a privatização das já existentes, de menor risco, ou atuar de forma cômoda e especulativa, auferindo o lucro fácil da intermediação da energia no mercado. Mas, ocorreu algo pior que isso: indústrias de vários setores deixaram de operar suas máquinas, gerar seus produtos, para revender na escassez a energia que haviam comprado antecipadamente.

Esse erro não pode se repetir. **Ficou claro que deixar por conta do mercado a responsabilidade sobre a necessária expansão no sistema elétrico é uma ilusão.** Aliás, o mesmo se comprova em outros setores estratégicos, como exemplos da Vale e seu desastre de Mariana, e da Sabesp provocando falta d'água em São Paulo, entre tantos outros. Por outro lado, no modelo atual, não há nenhum impedimento para que empresas privadas construam novas infraestruturas de geração e transmissão de energia elétrica.

O gráfico abaixo mostra a queda de produção de energia hidrelétrica a partir de 2012, com correspondente aumento na geração de energia termoelétrica, perto do seu limite, e a estagnação do consumo do país a partir de 2014. A garantia de retomada do crescimento da capacidade instalada é uma missão que só pode ser confiada à Eletrobras enquanto empresa estatal.



## 4 - A SOCIEDADE NÃO VALORIZA AS EMPRESAS PÚBLICAS?

**A sociedade sabe muito bem o valor de uma empresa pública**, por mais problemas que ela possa enfrentar. É inestimável o valor e o bem que fazem ao país a Eletrobras, a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa e outras dezenas de estatais. É por meio dessas empresas que são aplicadas políticas públicas, como a universalização da energia e o acesso à moradia.

As pessoas sabem que, em se tratando de setores estratégicos, uma empresa privada não é garantia de bons serviços ou de investimentos na expansão. O episódio do racionamento de energia provou isso e ainda está na memória do brasileiro. Por outro lado, o desastre de Mariana em Minas Gerais, provocado pela displicência de uma empresa privada, que antes era uma estatal de grande porte e num setor estratégico, ainda ecoa como um vivo exemplo de que certas empresas não podem ser privatizadas, pois isso só trará prejuízos ao país e à sociedade.

A sociedade civil está organizando um painel onde serão identificados os parlamentares que venderam o patrimônio público e submeteram a segurança energética e a soberania nacional aos interesses de mercado e de empresas estrangeiras.



# RAZÕES PARA UMA ELETROBRAS ESTATAL

## 1 - SEGURANÇA ENERGÉTICA

A **Eletrobras**, que hoje detém 31% da capacidade instalada de Geração de Energia do país (controla 233 usinas) e 47% das linhas de transmissão (com mais de 70 mil km), é **essencial para o planejamento energético do país, para a realização de novos projetos e investimentos, para providenciar energia em quantidade e qualidade para as gerações atuais e futuras, além de cumprir um importante papel de alavanca do desenvolvimento econômico nacional** (cada 1% de crescimento do PIB aumenta cerca de 1,5% no consumo de energia elétrica).

Os riscos de racionamento e as chances de desequilíbrio de preços para o consumidor se elevariam com a fragmentação da gestão centralizada dos ativos da Eletrobras, principalmente em uma matriz com alto grau de hidroeletricidade (de produção sazonal) e forte integração através de linhas de transmissão, o que também comprometeria a competitividade global da indústria nacional.

No mundo inteiro, há exemplos desastrosos de negligência nas ações de longo prazo e de processos especulativos dos contratos de compra e venda de energia, inclusive de majoração de preços por meio de uma proposital e danosa escassez da oferta de energia (como o caso do racionamento de energia na Califórnia/EUA).

O Brasil não pode abrir mão da vantagem competitiva que é o controle do Sistema Eletrobras. O número excessivo de fusões e aquisições no setor desde o Plano Real mostram que as empresas querem justamente o que a Eletrobras já tem: escala para operar no mercado.

Além disso, a Eletrobras é um importantíssimo instrumento

de promoção de política pública e essencial indutora do desenvolvimento econômico e mesmo tecnológico. Na geração de energia, está presente em todos os grandes projetos estruturantes, assumindo riscos e permitindo que se transformem em realidade, garantindo o suprimento de energia para o país, mesmo quando pouco atrativos. Na transmissão de energia, trabalha para a integração do setor elétrico de todo o país, entrando em leilões que não se mostraram interessantes ao setor privado, contribuindo para o barateamento da energia.

A cultura da Eletrobras de elaboração dos planos de expansão de longo prazo, dos Planos Decenais, e suas contribuições para o aperfeiçoamento do arcabouço institucional têm evitado muitos dos desequilíbrios estruturais do setor.



## 2 - SOBERANIA NACIONAL

**A soberania do Brasil na área de energia depende de uma Eletrobras controlada pela União para alavancar parcerias com empresas nacionais e internacionais, viabilizar instrumentos de geopolítica e garantir a segurança nacional.**

A Eletrobras é a espinha dorsal do sistema elétrico nacional interligado. Por mais que o governo tente evitar que o controle da empresa fique nas mãos de apenas um grupo, este é um risco real no caso de venda de ações. O caso recente da CPFL Energia mostra como opera a chinesa State Grid (maior empresa do setor elétrico no mundo): no segundo semestre de 2016, comprou a fatia de 23% da Camargo Correa e, nos meses que se seguiram, foi adquirindo participações de minoritários até que, em janeiro de 2017, tornou-se sua controladora. Se ela obtiver o controle da Eletrobras, e com isso 31% da geração de energia elétrica do país, tornar-se-á um “price maker”, ou seja, influenciará no preço da energia no país.

Além do mais, o Brasil exerce um protagonismo no processo de integração energética da América Latina. A privatização ou redução da participação da Eletrobras no mercado representaria a perda de controle e da segurança energética do país, que ficaria nas mãos de gestores privados, em grande parte estrangeiros, e levaria à redução da soberania nacional.

Por se tratar de uma questão estratégica e de soberania nacional, muitos países, de diversos matizes ideológicos (Estados Unidos, França, Espanha, Itália, Japão, Canadá, México, Austrália, como também a Rússia, Índia, China, Suécia, Israel) não permitiram a privatização do setor de energia, alegando, inclusive, questões de segurança nacional.

Ao contrário, muitas estatais estrangeiras têm comprado ativos no Brasil e no mundo. O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) não tem atuado em novos empreendimentos (que aliviaria a reces-

ção), mas em aquisições e fusões no setor de serviços e para adquirir ativos nacionais e remeter lucro para fora. O déficit acumulado em Transações Correntes entre 2008 e 2016 soma meio trilhão de dólares. O setor elétrico e de gás corresponde a 6% das remessas de lucro e dividendos ao exterior.

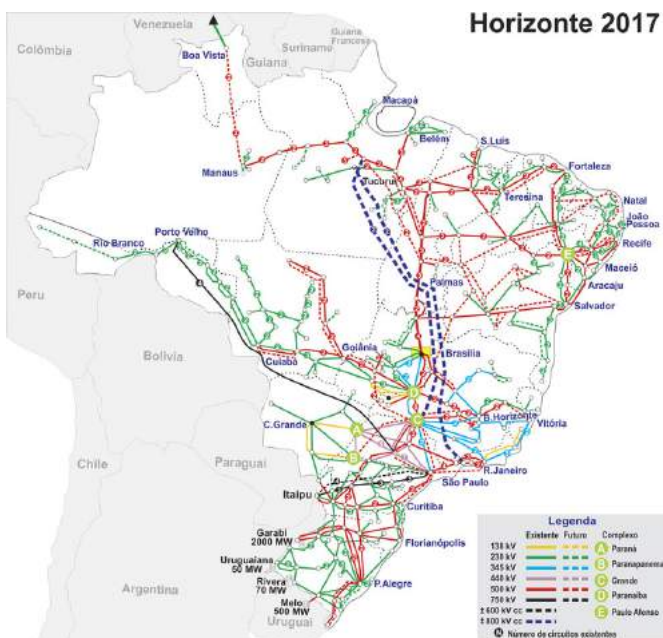
Não foi por acaso que a própria criação da Eletrobras sofreu forte oposição, desde Getúlio Vargas, em 1954, enfrentando a resistência de multinacionais atuantes no país, governos estrangeiros e políticos financiados por estas empresas, só sendo possível em 1962. O Governo Chinês tem participação nas empresas e controle do parque gerador que opera no seu país. Os Estados Unidos tem amplo controle sobre o uso das águas no país e coloca as suas Embaixadas para defender seus interesses de suas empresas na área de energia. O Ministério da Fazenda da Itália tem fatia na ENEL. O Governo Francês, participação na EDF. Governos canadenses, alemães, espanhóis e japoneses defendem suas empresas na arena diplomática e de Relações Exteriores.

#### SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL

Horizonte 2017

### Por que o Brasil abriria mão da Eletrobras?

Além do mais, não podemos deixar que usinas no coração da Amazônia, onde está o potencial ainda a ser explorado, sejam tocadas por empresas estrangeiras, que também têm interesses nas riquezas das nossas florestas.



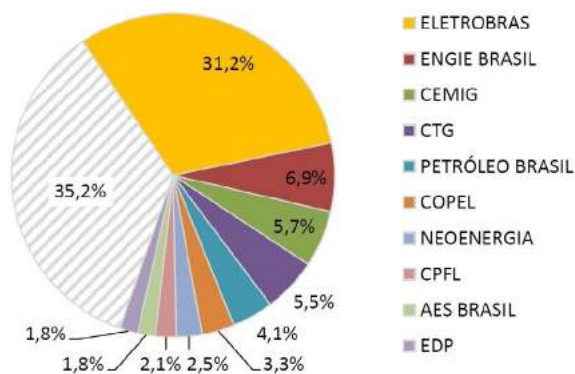
### 3 - COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL E ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA

A Eletrobras exerce papel de liderança e de estabilizador do sistema, seja através do desenvolvimento de novas tecnologias redutoras de custo ou contribuindo para o equilíbrio do preço da energia elétrica nos leilões de energia (tem ofertado energia mais barata, contribuindo para a redução da tarifa no mercado, mesmo à custa de seu balanço financeiro), de forte influência nos índices de inflação. Maior volatilidade nos preços da energia dificultaria a estabilização das expectativas sobre a inflação, com impactos negativos tanto para a eficácia da política monetária como para o cálculo econômico da decisão de investimentos produtivos.

A elevação do custo da energia com o enfraquecimento da Eletrobras, além de reduzir a competitividade de nossa economia frente às demais economias mundiais, reforçaria o processo de desindustrialização em curso no Brasil e dificultaria a retomada do crescimento econômico.

Dos cinco maiores grupos, que detêm 53% da capacidade instalada no país, três são estatais nacionais e estão no programa de privatização do governo (Eletrobras, Cemig e Petrobras) e dois são estrangeiros, um com participação estatal (Engie Brasil – Grupo Francês) e outro com controle estatal (China Three Gorges). Protagonismo estatal no setor não é particularidade do Brasil.

AS 10 MAIORES NA CAPACIDADE INSTALADA TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL



Fonte: Aneel e Empresas.

Um detalhe importante: dois grupos de distribuição (Neoenergia e CPFL) já se encontram entre esses 10 maiores grupos de geração, mostrando uma característica de verticalização no setor.

## 4 - O PAPEL SOCIAL DA ELETROBRAS

A Eletrobras investe na universalização do acesso a energia, com programas como o **Luz para Todos** – considerado pela ONU como um dos maiores programas sociais do mundo –, tendo como agentes executores as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica e as cooperativas de eletrificação rural.

**O programa já propiciou energia elétrica a cerca de 16 milhões de moradores rurais dos locais mais ermos do país. O acesso à energia elétrica alcançou 99% dos domicílios urbanos e perto de 80% dos domicílios rurais.**

No entanto, a atuação da Eletrobras continua necessária para garantir a continuidade e evolução desse acesso. A capilaridade do Sistema Eletrobras é fundamental para a inclusão energética e a minimização das enormes disparidades socioeconômicas inter e intrarregionais.

O aumento da tarifa que ocorreria com a privatização da Eletrobras provocaria a redução do acesso a um serviço essencial, excluindo a população mais pobre e intensificando a desigualdade social no país (alta inadimplência para com as distribuidoras).

A Celpa (PA) foi privatizada no ano de 1998 e não se tornou mais eficiente. Tornou-se a concessionária de distribuição de energia elétrica com a maior tarifa, num estado com um dos menores rendimentos per capita do país. É também uma das concessio-





nárias com elevado número de mortes na rede, o que expressa a péssima qualidade do serviço: em 2015 foram 14 óbitos (5% do total), sendo 8 de trabalhadores terceirizados.

Adicionalmente, a venda da Eletrobras para empresas estrangeiras poderia deslocar a geração de empregos no país para outros mercados, num momento que o desemprego na construção pesada e obras de infraestrutura batem recordes.

## 5 - O USO MÚLTIPLO DA ÁGUA E BIODIVERSIDADE

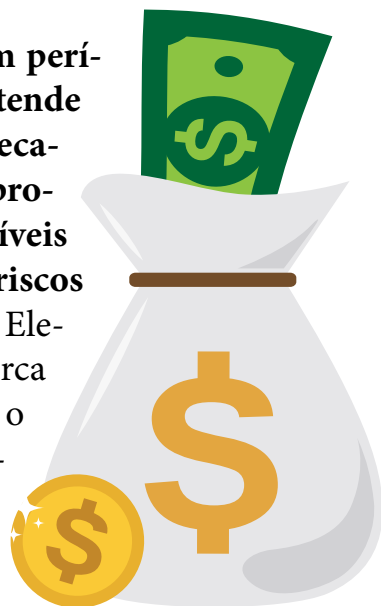
**Privatizar a Eletrobras significaria, também, a perda da gestão sobre a vazão de rios, o que envolve a gestão do uso múltiplo das águas, como irrigação e navegação.** Por todos esses motivos, abdicar da Eletrobras seria uma decisão trágica.

O uso múltiplo das águas é um problema mundial. A água é um recurso valioso. Não podemos privatizar nossas empresas com portfólio de energia hídrica e de serviços de água e saneamento. O controle da Eletrobras é uma forma do Estado ter participação ativa nesta questão, muito mais do que a mera atuação regulatória, que no caso brasileiro carece muito de efetividade.



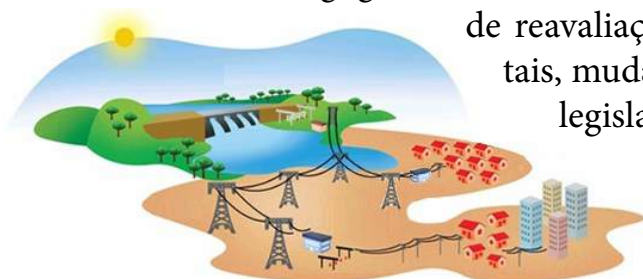
## 6 - BAIXO GANHO NO CURTO PRAZO E PERDA NO MÉDIO PRAZO

A política de venda de ativos num período de recessão e desequilíbrio fiscal tende a superestimar os recursos a serem arrecadados no curto prazo, para solução de problemas de caixa, e subestimar as possíveis receitas futuras, além de subestimar os riscos e prejuízos no médio e longo prazo. A Eletrobras, nos últimos 7 anos, distribuiu cerca de 7 bilhões de reais em dividendos para o Governo Federal, além de fazer investimentos de mais de 50 bilhões de reais no setor – recursos muito mais relevantes e sustentáveis para o equilíbrio fiscal de médio e longo prazos.



O montante arrecado com a cobrança dos bônus de outorga das concessões de usinas em operação já seria suficiente para construir algumas usinas do tamanho da usina de Belo Monte, dando segurança de oferta de energia ao país, ao invés de serem direcionados para a solução de curto prazo. A CTG - *China Three Gorges* pagou 12 bilhões de reais ao governo federal para operar as usinas que eram operadas pela CESP e já estavam em operação.

No caso dos serviços públicos, de responsabilidade do Estado, é comum também negligenciar custos fiscais relevantes, decorrentes de reavaliações ou rescisões contratuais, mudanças na regulação ou na legislação, etc. Exemplos: custo fiscal para socorrer setor de telecomunicações e os recentes pedidos de



reavaliação das concessões das rodovias, com risco inclusive de os agentes privados devolverem “amigavelmente” as obras ao governo federal.

O setor de telecomunicações, também privatizado nos anos 1990 (por 20 a 30 bilhões de dólares), está sendo investigado pelo CADE pela acusação de prática de conluio - oligopólio. Além disso, o governo federal socorreu financeiramente as empresas do setor com cerca de R\$ 40 bilhões em 2016.

Em nível internacional, destaca-se a recente experiência de vários países da Europa em reestatizar os seus serviços públicos de água e energia - mais de 800 casos de reestatização, principalmente na França (água) e na Alemanha (mais de 230 casos no setor de distribuição energia).



**PRIVATIZAR  
NÃO É A  
SOLUÇÃO**

## 7 - PATRIMÔNIO IMATERIAL

A Eletrobras conhece as disparidades econômicas, sociais, culturais, sistêmicas, logísticas das diversas regiões do Brasil. Suas subsidiárias, Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul são reconhecidas em suas regiões pela excelência dos serviços. A Empresa é essencial nos estudos de inventário, desenvolvimento de projetos de usinas e linhas de transmissão. Atrás de tudo isso está seu corpo técnico, que tem estado a serviço do Brasil estes anos todos. É com essa experiência que a Eletrobras poderá realizar estudos para garantir a oferta de energia para 2030, 40, 50.

Processos de privatização em setores de serviços, longe de significar melhoria de eficiência ou redução de tarifas, implicam na redução de custos operacionais por meio da baixa qualidade dos serviços e da precarização das condições de trabalho (com terceirização, que em alguns casos chega a 90%, ou com trabalho análogo ao escravo, com acidentes graves e mortes).



# ELETRONORTE A FRONTEIRA FINAL

A Eletronorte foi criada em 1973 com a missão de levar energia elétrica às populações da Amazônia, mas, foi além disso: integrou a maior parte do território amazônico ao Sistema Interligado Nacional, a ponto de transformar a região em exportadora de energia e na mais promissora fronteira energética do País.

A Eletronorte construiu as usinas hidrelétricas de Coaracy Nunes no Amapá, Samuel em Rondônia e de Tucuruí no Pará, a maior usina genuinamente brasileira. Interligou os estados do Norte ao restante do País, construiu o Tramo-Oeste no Pará, participou da interligação de Manaus, opera a linha de transmissão em corrente contínua que leva a energia das usinas do Rio Madeira até o Sudeste do País e muitas outras linhas de transmissão e subestações. Participa ativamente da construção, além de operar e manter, o maior projeto de engenharia em andamento no País, a UHE Belo Monte, em Altamira, no Pará.

**Como subsidiária da Eletrobras, a Eletronorte responde por cerca de 20% da capacidade de geração da Holding, com 9.520 MW de potência, e por cerca de 20% das linhas de transmissão, com 13.849 km. Além disso, a Eletronorte ainda participa da construção de diversos outros empreendimentos de geração e transmissão, principalmente na região Amazônica.**

Lidar com empreendimentos de porte na Amazônia, que está sob o atento olhar do mundo inteiro, não é tarefa para qualquer um. Há que se preservar, não somente sua riquíssima biodiversidade, mas também as diversas culturas e etnias nativas. O programa *Waimiri-Atroari* é um bom exemplo disso. Desenvolvido pela Eletronorte em parceria com a Funai, no estado do Amazonas, ajudou a salvar aquela população indígena que já estava em processo de extinção antes da chegada dos empreendimentos de geração.


**O programa, de indiscutível sucesso, é reconhecido mundialmente como referência no tratamento da questão indígena, pois reverteu uma taxa de mortalidade em torno de 20% ao ano, para uma taxa de crescimento de 6% ao ano.**

O indigenista Porfírio Carvalho descreve: “Em 1986 reencontrei os Waimiri numa situação muito difícil. Estavam doentes, tristes, perambulando pela rodovia BR-174, pedindo carona a caminhoneiros, dependentes de alimentação e doações. Ainda não havia demarcação nem definição dos limites de suas terras. Hoje, estão todos muito bem, vivendo em suas terras sem invasores, sem perturbação, de acordo com sua cultura”. Com respeito à cultura indígena e proteção contra as ações de grileiros, a Eletronorte possui outros projetos, em outros estados, lidando, ao todo, com mais de 9.000 indígenas, de pelo menos 6 etnias, em 96 aldeias.

No estado do Pará são desenvolvidos os programas PIRTUC e PPDJUS, na região de influência da barragem da UHE Tucuruí, com uma série de ações voltadas para as populações locais e a preservação ambiental, num montante de R\$ 360 milhões em 20 anos, além das ações voltadas especificamente aos atingidos por barragens, como o Programa Social aos Expropriados – PROSET. A barragem de Tucuruí serve, também, para abastecimento de água, irrigação, lazer, comércio local e transporte hidroviário (com as maiores Eclusas do mundo).

A proposta de privatização da Eletrobras traria consequências ainda mais graves para os estados do Norte, além de Mato Grosso e Maranhão. Por mais que tenha feito a proeza de





construir um sistema elétrico em uma região marcada pelas grandes distâncias, pelas dificuldades logísticas e pela floresta amazônica, há ainda muito a ser feito, e somente uma empresa estatal e brasileira, com a *expertise* da Eletronorte, poderá vencer esses desafios.

**Levar energia elétrica a regiões isoladas, mitigando os impactos ambientais e sociais ao máximo, não é atividade atrativa ao mercado. Ao mesmo tempo, é um dever do Estado para com seus cidadãos. A Eletronorte sempre cumpriu essa missão.**

A interligação de todo o estado do Acre (com a linha Rio Branco-Feijó-Cruzeiro do Sul) está sob responsabilidade da Eletronorte, e envolve o desafio de lidar, ao longo das linhas de transmissão, com comunidades indígenas, com as áreas de proteção ambiental e a proteção dos sítios arqueológicos. Falta ainda a interligação do Oiapoque, no Amapá, ao Sistema Interligado Nacional. Também essas obras não despertam interesse comercial, por isso somente uma empresa como a Eletronorte poderia realizá-las. A inclusão de Roraima ao Sistema Interligado Nacional é outro desafio - único estado da federação ainda isolado eletricamente do restante do país, ainda é abastecido por usinas térmicas e por uma linha em 230 kV que vem da Venezuela.

A linha que interliga Boa Vista a Manaus está sob responsabilidade da Eletronorte e deverá passar pela reserva dos *Waimiri-Atroari* ou por uma reserva ambiental. Trata-se de um empreendimento complexo do ponto de vista da engenharia

e no âmbito socioambiental. Aqui, também, ninguém possui mais *expertise* nessas áreas do que a Eletronorte.

Além desses empreendimentos, no médio prazo, o Brasil não poderá prescindir da energia a ser gerada pelo futuro complexo hidrelétrico do Tapajós, no interior do Pará. Serão mais de 10.862 MW distribuídos em cinco usinas, a serem construídas sob o conceito inovador, idealizado pela Eletronorte, de “Usinas-Plataforma”...> (usinas que, vistas do alto, lembrarão as plataformas marítimas da Petrobrás, pois serão concentradas nas quedas dos rios, sem reservatório algum, isoladas num “mar” de árvores, que é a floresta amazônica).

Grandes obras de engenharia como as UHEs de Tucuruí, Belo Monte e o futuro Complexo do Tapajós exigem elevados aportes financeiros, longo prazo para o retorno dos investimentos e lidam com uma série de externalidades que, na prática, inviabilizam sua construção por empresas privadas - tanto é que, das grandes UHEs já construídas ou em construção no Brasil, nenhuma prescindiu da participação destacada de empresas estatais, principalmente do grupo Eletrobras. Sem a Eletronorte o Complexo Tapajós jamais será construído.

Não há motivo algum que justifique a privatização da Eletronorte, que lida com questões tão complexas e delicadas, nos âmbitos ambiental, social, indigenista, arqueológico, hidrológico, do transporte hidroviário, e por lidar com os dois maiores biomas brasileiros, a Amazônia e o Cerrado, além de possibilitar o monitoramento da maior zona fronteira do país.



# HIDRELÉTRICA TAPAJÓS

UM NOVO CONCEITO DE USINAS-PLATAFORMA  
UMA PLATAFORMA ISOLADA NUM “MAR” DE ÁRVORES



## 1 DESMATAMENTO CIRÚRGICO



## 2 RETIRADA DE TODAS AS CONSTRUÇÕES



## 3 REFLORESTAMENTO RADICAL



## 4 OPERAÇÃO REMOTA, ACESSO POR HELICÓPTERO

# UM MODELO SUSTENTÁVEL E DEMOCRÁTICO PARA O SETOR ELÉTRICO É POSSÍVEL

Como forma de buscar uma alternativa estratégica para a questão que realmente contemple a sociedade brasileira, propiciando condições econômicas e sociais que visem à sustentabilidade das empresas estatais e a adequada modicidade tarifária, entende-se ser fundamental a abertura do diálogo com a sociedade, consumidores e trabalhadores do setor de energia de forma ampla e irrestrita, envidando esforços na direção de mecanismos de participação condizentes com a importância do assunto para a vida de todos os brasileiros. Nesse sentido, apontamos algumas propostas para um novo modelo para o Setor Elétrico:

01

## Energia como um serviço público

A energia elétrica é bem essencial para a qualidade de vida do povo e para o desenvolvimento da nação, por isso não pode ser vista como mera mercadoria submetida à especulação;

02

## Sistema Cooperativo ao invés de competitivo

O sistema elétrico interligado brasileiro possui base hidráulica, que por características intrínsecas funciona muito melhor de forma cooperativa, aproveitando complementaridades e sinergias, do que com hidrelétricas competindo umas com as outras pelo mesmo recurso natural, ou seja, a água;

03

## Valorização das energias renováveis

O Brasil possui potencial hidrelétrico suficiente para mais do que dobrar sua capacidade instalada. Além disso, possui grande potencial eólico, em biomassa e solar. Entretanto, nos últimos anos tem crescido acentuadamente a participação da geração termelétrica a combustíveis fósseis em nossa matriz, tornando-a mais suja e cara. É preciso, respeitando o meio ambiente e as populações afetadas, aproveitar nosso potencial hidrelétrico remanescente, pois a hidroeletricidade é energia limpa, renovável, barata e firme;

04

### **Benefício da amortização compartilhado entre a modicidade tarifária e o financiamento da expansão**

Os empreendimentos do setor elétrico, principalmente em Geração e Transmissão, são intensivos em capital, e após seu período legal de concessão, estão completamente amortizados. É preciso aproveitar essa característica para beneficiar o consumidor com uma energia mais barata. Mas não se pode deixar as empresas, especialmente as estatais, sem capacidade de realizar novos investimentos. Por isso, é necessária a criação de um fundo a ser gerido pelas próprias empresas e vinculado à expansão do sistema;

05

### **Fortalecimento das empresas estatais, com foco na sustentabilidade e ação voltada aos projetos estruturantes**

Nenhum grande país do mundo prescinde da presença expressiva de empresas estatais no setor elétrico, pois é somente através dessas empresas que o estado pode regular de fato o setor e realizar aqueles investimentos de maior risco, como grandes usinas hidrelétricas, ou em regiões de pouca atratividade econômica, como na Amazônia, por exemplo;

06

### **Remuneração pelo Custo e pela disponibilidade da Usina**

O modelo mercantil não conseguiu mostrar sua eficiência na formação dos preços e o que se vê é um mercado cada vez mais desequilibrado. Por isso, a melhor alternativa é a remuneração da geração pelo custo, como já é feito com as distribuidoras, e levando-se em conta a disponibilidade de cada usina, o que incentiva a eficiência operacional.

07

### **Adoção do modelo de comprador único (Single Buyer)**

Após mais 20 anos da introdução da lógica mercantil no Setor Elétrico Brasileiro, está mais do que claro que ela não conseguiu cumprir sua promessa de redução de preços. Pelo contrário, o que se vê são distorções e um mercado especulativo que sempre penaliza o consumidor. Por isso, é necessária a criação de um ente estatal que compre a energia dos produtores pelo preço de custo e a venda diretamente às distribuidoras de energia;



## EXPEDIENTE

Sindicato dos Urbanitários no Acre - STIU-AC  
Sindicato dos Urbanitários no Amapá - STIU-AP  
Sindicato dos Urbanitários no Amazonas - STIU-AM  
Sindicato dos Urbanitários no DF - STIU-DF  
Sindicato dos Urbanitários no Maranhão - STIU-MA  
Sindicato dos Urbanitários no Mato Grosso - STIU-MT  
Sindicato dos Urbanitários no Pará - STIU-PA  
Sindicato dos Urbanitários em Rondônia - SINDUR-RO  
Sindicato dos Urbanitários em Roraima - STIU-RR  
Sindicato dos Trabalhadores Enegeticos de São Paulo - SINERGIA-SP  
Sindicato dos Trabalhadores em Eletricidade em Tocantins - STEET-TO

### Arte e Diagramação:

André Gouveia

### Revisão:

Roberta Quintino

